



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**Relatório de Informações Gerenciais
Setorial (RIGER) Anual- 2018**

**DIRETORIA GERAL DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E
FINANÇAS (DGPCF)**

	RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) DO 1º SEMESTRE-2018		
	DIRETORIA GERAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS (DGPCF)		
Período de Referência: Anual/2018	Emitido em: Fevereiro de 2019	Aprovado por: Diretor Geral da DGPCF	

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

SUMÁRIO

1.INFORMAÇÕES PARA O TJERJ EM NÚMEROS (DEZ/2018).....	3
2.PROGRESSO DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS	4
3.QUADRO DE BORDO DOS INDICADORES ESTRATÉGICOS E OPERACIONAIS..	5
4.SITUAÇÃO DAS METAS NACIONAIS	10
5.PRINCIPAIS REALIZAÇÕES.....	10
6.AÇÕES PENDENTES DE REALIZAÇÃO	12
7.DESTAQUES DE ECONOMICIDADE.....	13
8.SITUAÇÃO DOS RECURSOS	13
9.CONCLUSÃO / COMENTÁRIOS GERAIS	14
10.ANEXO I – PLANILHAS DOS INDICADORES ESTRATÉGICOS.....	16



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS (RIGER) ANUAL - 2018

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

1. INFORMAÇÕES PARA O TJERJ EM NÚMEROS (DEZ/2018)¹

ORÇAMENTO E FINANÇAS	ACUMULADO ATÉ DEZEMBRO/2018	
Fonte: DGPCF		
ORÇAMENTO (2018):		
Fonte 100/101 (TJ):	R\$	2.913.942.219,00
Fonte 230 (TJ):	R\$	751.664.000,00
Fonte 232 (FETJ):	R\$	962.533.000,00
Fonte 232 (FUNARPEN):	R\$	49.915.000,00
ORÇAMENTO TOTAL (2018)	R\$	4.678.054.219,00
DESPESAS (TOTAL ATÉ DEZEMBRO/2018)		
Fonte 100 (TJ):	R\$	2.907.572.096,04
Fonte 230 (TJ):	R\$	724.781.875,39
Fonte 232 (FETJ):	R\$	814.066.036,80
Fonte 232 (FUNARPEN):	R\$	42.709.323,20
DESPESA TOTAL	R\$	4.489.129.331,43
RECEITA (TOTAL ATÉ DEZEMBRO/2018)		
Fonte 100 (TJ):	R\$	2.907.572.096,04
Fonte 230 (TJ):	R\$	988.143.370,45
Fonte 232 (FETJ):	R\$	911.930.885,45
Fonte 232 (FUNARPEN):	R\$	47.408.500,50
RECEITA TOTAL	R\$	4.855.054.852,44
<i>Fonte 100 (TJ): Não há apropriação de receita, apenas transferência do Tesouro para pagamento da Folha de Ativos do PJERJ. São recursos do Estado do Rio de Janeiro, destinados ao pagamento de magistrados e servidores ativos. O Rio Previdência realiza o pagamento da folha de inativos.</i>		
<i>Fonte 232 (FETJ): Fundo Especial do Tribunal de Justiça.</i>		
<i>Fonte 232 (FUNARPEN): Fundo de Apoio aos Registradores Cíveis das Pessoas Naturais.</i>		
<i>Fonte 230 (TJ): Recursos Próprios.</i>		

¹ Dados do DECON/DGPCF: <http://www.tjrj.jus.br/web/quest/gestao-estrategica/tjerj-em-numeros>



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS (RIGER) ANUAL - 2018

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

PESSOAL Fonte: DGPES / DGPCF-ASTEC	
<p>➤ DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL- DLP (DEZEMBRO/2018)</p> <p>➤ D L P (Fonte 100): R\$ 2.693.493.412,65 (Fonte 230): R\$ 125.408.084,44 TOTAL : R\$ 2.818.901.497,09</p> <p>➤ LIMITE LRF: 4,84% (referente ao 3º quadrimestre 2018)</p>	

ORÇAMENTO E FINANÇAS Fonte: DGPCF	
<p>CUSTO UNITÁRIO DO PROCESSO NO PERÍODO (ATÉ JUNHO/2017*):</p> <ul style="list-style-type: none">• R\$ 1.553,09 * <p>* Custo do processo extraído em julho de 2017. Cabendo esclarecer que a equipe responsável pelo processamento (DGTEC) do Relatório de Custos-RAC, em reunião realizada do dia 05/04/2018 com ASTEC (DGPCF), delimitou um cronograma para extração e atualização dos dados do RAC.</p> <p>Ocorre que, até o presente momento, o Sistema de Custos (RAC), continua indisponível, impossibilitando assim, a geração dos relatórios de custos do PJERJ (<i>custo por processo, custo por NUR, indicadores entre 1ª instância, 2ª instância e Administrativo, dentre outras medidas</i>) e como consequência acessória a gerações de informações para o TJERJ em números, bem como os indicadores solicitados pelo Conselho Nacional de Justiça-CNJ, Sistema Justiça em Números, foram seriamente prejudicados, em especial, no ano de 2018.</p>	

2. PROGRESSO DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS (planejamento e resultado acumulado até o período de referência do relatório)

NOME DO PROJETO	SITUAÇÃO NO PERÍODO		
	Planejado (% Acumulado até o momento)	Realizado (% Acumulado até o momento)	Comentário (Concluído / Em dia / Atrasado. Mencionar as ações atrasadas)
Modernização da Gestão Fiscal do PJERJ- Continuação (Processo TJ nº 160.136/ 2016)	100%	24%	Entrega 2.2- Adjudicação do objeto ao licitante vencedor: Pólis Informática Ltda. No mês de dezembro de 2018, após a prova do conceito, com todas as partes interessadas da DGPCF e DGTEC, foi confirmada a viabilidade da adjudicação do objeto. Deste modo, podemos afirmar que encerramos a entrega 2.2, atingindo assim , 24% do projeto.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS (RIGER) ANUAL - 2018

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

3. QUADRO DE BORDO DOS INDICADORES ESTRATÉGICOS E OPERACIONAIS

*

3.1- INDICADORES ESTRATÉGICOS									
GRÁFICO	COMENTÁRIO								
<p>RESULTADO NO PERÍODO - 4º Trimestre/2018</p> <table border="1"><thead><tr><th>Item</th><th>Porcentagem</th></tr></thead><tbody><tr><td>LINHA DE BASE (2017)</td><td>78,13%</td></tr><tr><td>RESULTADO ATUAL</td><td>51,56%</td></tr><tr><td>META</td><td>100,00%</td></tr></tbody></table>	Item	Porcentagem	LINHA DE BASE (2017)	78,13%	RESULTADO ATUAL	51,56%	META	100,00%	<p>O nível de execução do 4º trimestre, estimado entre 90% a 100%,. Entretanto, o valor total liquidado atingiu o percentual de 51,56% do valor total da dotação prevista para os projetos estratégicos não se alcançando, assim, a meta estabelecida de 100%. O percentual abaixo da meta foi em razão de dois fatores: 1- Inexecução do Projeto Estratégico Atualização do Parque Tecnológico, o qual representa 34,02% do valor total previsto dos projetos estratégicos e apresentou execução de 32,45% em relação ao valor previsto; bem como pela execução de 64,10% do valor previsto do Projeto Estratégico Plano de Obras, este influenciado pela inexecução do valor total previsto da obra de Readequação do Fórum Central (proc. 2013/230520) e pela inexecução da Obra de Readequação do Prédio da CONAB (proc. 2017/207410). Obs: Valores liquidados extraídos do SIAFE-RJ - posição 31/12/18.</p>
Item	Porcentagem								
LINHA DE BASE (2017)	78,13%								
RESULTADO ATUAL	51,56%								
META	100,00%								

*INDICADOR ESTRATÉGICO –IE 48-ÍNDICE DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO ESTRATÉGICO- ITEM 10 -
FONTE: ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO- DGPCF/ASPLO

3.2- INDICADORES OPERACIONAIS

TRANSPARÊNCIA INSTITUCIONAL - DGPCF- INDICADORES DISPONIBILIZADOS –

- Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n. 101/2000);
- Lei Federal nº 12.527/2011- LAI- Lei de Acesso a Informação;
- Resoluções do CNJ n. 102/2009, Anexos I e II, Res. CNJ n. 215/2015;
- Resolução CNJ n. 154/2012, n.195/2014, Res. N.265/2018, Res. n. 273/2018.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS (RIGER) ANUAL - 2018

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

TRANSPARÊNCIA - Diretoria Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças- DGPCF

Transparência Ativa – Publicação no *SITE*

RECEITA	RES CNJ N.265 /18-ITEM	FUNDAMENTO LEGAL	Fonte	LINK
* – Valores arrecadados mensalmente pelo Fundo FUNDO ESPECIAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA-FETJ	11	Art. 2º , Inciso VI, alínea "d", Resolução nº 102/2009 CNJ	DECON	http://www.tjri.ius.br/web/guest/transparencia/relatorios/execucao-orcamentaria/execucao-orcamentaria/2018
* – Destinação dos recursos provenientes da aplicação de pena de prestação pecuniária recolhidos em conta judicial vinculada	12	Art. 4º de Resolução CNJ nº 154/2012	ASCAP	https://portaltj.tjri.ius.br/documents/10136/5950895/destinacao-recursos.pdf?v=00

Transparência Ativa - Despesa

– O Anexo I da Resolução CNJ n. 102/2009-Anexo I - Despesa, Repasses e Receitas	14.1	Art. 6, VII "a" da Res CNJ nº 215 c/c Res. CNJ nº 102/2009	DECON	http://www.tjri.ius.br/web/guest/transparencia/anexos-resolucoes-cnj/anexos-i-resolucoes-cnj
– O Anexo II da Resolução CNJ n. 102/2009-Acompanhamento da Execução Orçamentária	14.2	Art. 6, VII "a" da Res CNJ nº 215 c/c Res. CNJ nº 102/2009	ASPLO	http://www.tjri.ius.br/web/guest/transparencia/anexos-resolucoes-cnj/anexos-ii-resolucoes-cnj
– A íntegra da proposta orçamentária ou do quadro de detalhamento da despesa com a distribuição dos recursos por grau de jurisdição	15.1	Art. 4º, I da Resolução CNJ n. 195/2014	ASPLO	http://www.tjri.ius.br/web/guest/transparencia/institucional/orcamento-anual/2018/po
– A íntegra da Lei Orçamentária ou do quadro de detalhamento da despesa com a distribuição dos recursos por grau de jurisdição	15.2	Art. 4º, II da Resolução CNJ n. 195/2014	ASPLO	http://www.tjri.ius.br/web/guest/transparencia/institucional/orcamento-anual/2018



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS (RIGER) ANUAL - 2018

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

*- O Mapa Demonstrativo da Execução Orçamentária do ano anterior, com indicação das despesas realizadas com o primeiro e o segundo grau de jurisdição	15.3	Art.94º, II da Resolução CNJ n. 195/2014	ASPLO	http://www.tjrj.jus.br/web/guest/transparencia/resolucao-cnj-n-195-2014/2018
-Registro de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros	16	Lei 12.527/2011, art. 8º, § 1º, inciso II-Lei de Acesso a Informação _LAI	DECON	http://www.tjrj.jus.br/web/guest/transparencia/anexos-resolucoes-cnj/anexos-i-resolucoes-cnj/anexos-i-resolucoes-cnj
* - Demonstrativo bimestral com os montantes aprovados e os valores da limitação de empenho e movimentação financeira por unidade orçamentária	17	Lei 12.527/2011, art. 8º, § 1º, inciso II-Lei de Acesso a Informação _LAI	DECON	http://www.tjrj.jus.br/web/guest/consultas2
- Relatório de Gestão Fiscal- Lei de Responsabilidade Fiscal LRF- Lei Complementar n. 101/2000	18	Art. 55, §2º da LRF- LC 101/2000	DECON	http://www.tjrj.jus.br/web/guest/transparencia/relatorios/gestao-fiscal/gestao-fiscal-inicial
* - Relação dos contratados, com os respectivos valores pagos nos últimos três anos, exceto os sigilosos	19	Arts. 48 e 48-A da LRF (Lei Complementar nº 101/2000),	DECON	http://www.tjrj.jus.br/web/guest/consultas2
-Valores repassados mensalmente para o INSS e o do Fundo de Previdência, indicando o montante do Patrocinador e Patrocinados	32	Boas práticas	DECON	https://portaltj.tjrj.jus.br/documents/10136/5978570/relatorio-previdenciarios.pdf?v=01
Valores de Diárias e passagens concedidas por nome e cargo do favorecido e constando data, destino, e motivo da viagem	33	Art. 3º, VI, da Resolução CNJ n. 102/2009	GBPCF	https://portaltj.tjrj.jus.br/web/guest/transparencia/relatorios/resolucao-cnj-n-C2%BA-102-2009



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS (RIGER) ANUAL - 2018

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

* Considerações gerais :

Item 11- o FETJ - Receitas e Despesas disponibilizadas desde 2008 na transparência

Item 12- Os repasses relacionados aos recursos das Penas Pecuniárias foram iniciados no ano de 2018. A DGPCF está elaborando o quadro de repasses para a devida disponibilização na Transparência do TJERJ.

Item 15.3- Dados consoante Resolução CNJ nº 195/2014

Item 17- Não há ocorrência de limitação de empenho no Poder judiciário do Estado do Rio de Janeiro. No que se refere ao demonstrativo bimestral da movimentação financeira, aguardando análise da viabilidade de aprimoramento dos quadros a serem disponibilizados na Transparência. o PJERJ tem demonstrativos mensais na transparência institucional:

Item 19 -Consultas em tempo real: favorecido, Despesa, pagamento e receita, consoante arts. 48 e 48-A da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), similar ao contida na legislação federal, delineada no Art. 128 da Lei Federal 13.473/2017- *LDO-2018 da União* , indica que os órgãos orçamentários manterão atualizados em seu sítio eletrônico a relação dos contratados, com os valores pagos nos últimos três anos, e a íntegra dos contratos e convênios, e dos termos ou instrumentos congêneres vigentes, exceto os sigilosos, nos termos da legislação, não aplicável .

Norma de Aplicação geral a Lei de Acesso a Informação se aplica a todos entes públicos: Lei Federal n. 12.527/2011

Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º , no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal ; altera a Lei n 8.112/1990; revoga a Lei n 11.111/2005, e dispositivos da Lei n 8.159/1991; e dá outras providências.

Art. 8º É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.

§ 1º Na divulgação das informações a que se refere o caput, deverão constar, no mínimo:

I - registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público;

II - registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;

3.3- Resolução CNJ n. 76/2009- Indicadores – Sistema de Estatística do Poder Judiciário

3.3 - A Resolução CNJ n. 76/2009, dispõe sobre os princípios do Sistema de Estatística do Poder Judiciário, estabelecendo assim, os seus indicadores, fixa prazos, penalidades e dá outras providências.

A DGPCF é responsável pelo preenchimento de 40 (quarenta) indicadores do “Justiça em Números- Justiça Estadual”. Entretanto, em razão da indisponibilidade do sistema de custos-



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS (RIGER) ANUAL - 2018

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

RAC, desde junho de 2017, não foi possível o preenchimento de 9 (nove) indicadores- exercício financeiro de 2018, conforme quadro do JUSTIÇA EM NÚMEROS- 2018 adiante transcrito:

JUSTIÇA EM NÚMEROS

JUSTIÇA ESTADUAL

INSUMOS, DOTAÇÕES E GRAUS DE UTILIZAÇÃO	
RECURSOS FINANCEIROS	
DESPESAS	Anual
DPE – Despesa com Pessoal e Encargos	2.900.153.039,90
DPEA2º – Despesas com Pessoal e Encargos do Quadro Ativo no 2º grau *	AGUARDANDO SISTEMA CUSTOS-
DPEATRJE1º – Despesas com Pessoal e Encargos do Quadro Ativo no 1º grau, nas Turmas Recursais e nos Juizados Especiais*	AGUARDANDO SISTEMA CUSTOS-
DPEAAdm – Despesas com Pessoal e Encargos do Quadro Ativo na área administrativa*	AGUARDANDO SISTEMA CUSTOS-
DPEI – Despesas com Pessoal e Encargos do Quadro Inativo	1.248.086.827,86
DBen – Despesas com Benefícios	670.707.890,27
DBenA2º – Despesas com Benefícios do Quadro Ativo no 2º grau*	AGUARDANDO SISTEMA CUSTOS-
DBenATRJE1º – Despesas com Benefícios do Quadro Ativo no 1º grau, Turmas Recursais e Juizados Especiais*	AGUARDANDO SISTEMA CUSTOS-
DBenAAdm – Despesas com Benefícios do Quadro Ativo na área administrativa*	AGUARDANDO SISTEMA CUSTOS-
DBenI – Despesas com Benefícios do Quadro Inativo	
DTer – Despesas com Terceirizados	281.027.700,78
DEst – Despesas com Estagiários	42.246.391,14
Dip – Outras Despesas Indenizatórias e Indiretas com Recursos Humanos	61.433.041,26
DIP2º – Outras Despesas Indenizatórias Indiretas com Recursos Humanos no 2º grau*	AGUARDANDO SISTEMA CUSTOS-
DIPTRJE1º – Outras Despesas Indenizatórias Indiretas com Recursos Humanos no 1º grau, Turmas Recursais e Juizados Especiais*	AGUARDANDO SISTEMA CUSTOS-
DIPAdm – Outras Despesas Indenizatórias Indiretas com Recursos Humanos na área administrativa*	AGUARDANDO SISTEMA CUSTOS-
DCC – Despesas com Cargos em Comissão	91.905.697,80
DCC2º – Despesas com Cargos em Comissão na área judiciária do 2º grau	63.987.742,48
DCCTRJE1º – Despesas com Cargos em Comissão na área judiciária do 1º grau, das Turmas Recursais e dos Juizados Especiais*	393.038,12
DCCAdm – Despesas com Cargos em Comissão na área administrativa	27.524.917,21
DFC – Despesas com Função de Confiança	205.357.951,84
DFC2º – Despesas com Funções de Confiança na área judiciária do 2º grau	24.255.840,11
DFCTRJE1º – Despesas com Funções de Confiança na área judiciária do 1º grau, das Turmas Recursais e dos Juizados Especiais	152.578.686,96
DFCAdm – Despesas com Funções de Confiança na área administrativa	28.523.424,78
DMag – Despesa com Recursos Humanos de Magistrados	681.107.278,60
DServ – Despesa com Recursos Humanos de Servidores	2.951.186.692,83
OUTRAS DESPESAS	Anual
ODC – Outras Despesas Correntes	325.687.235,45
Dk – Despesa de Capital	64.264.068,29
DPCO – Despesas com Projetos de Construção e Obras	51.311.414,74
DInf1 – Despesa com Aquisições em Tecnologia de Informação e Comunicação	6.982.822,17
DInf2 – Despesa com Custeio da Tecnologia de Informação e Comunicação	66.293.559,93
VPag – Valores Pagos aos Jurisdicionados	1.493.705.342,91
RECEITAS	Anual
R – Recolhimentos Diversos	838.708.247,68
REF – Receita decorrente de Execuções Fiscais	702.876.069,75
RICM – Receitas de Imposto Causa Mortis nos inventários/arrolamentos	1.091.211.013,41
DeoJud – Saldo de Depósitos Judiciais	23.197.851.182,52
ORÇAMENTO	Anual
ODP – Orçamento para Despesas de Pessoal e Encargos	3.071.588.219,00
OK – Orçamento para Despesas de Capital	87.735.000,00
OOC – Orçamento para Outras Despesas Correntes	1.497.462.000,00
ACESSO À JUSTIÇA	
JG – Assistência Judiciária Gratuita	74.726.082,45

* Indisponibilidade do sistema RAC da DGPCF, impossibilitou o preenchimento do indicadores acima descritos.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS (RIGER) ANUAL - 2018

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Cabe observar ainda, que o Portal da Transparência do Tribunal de Justiça, desde fevereiro de 2009 e de acordo com a Resolução nº 102 do Conselho Nacional de Justiça-CNJ, divulga dados atualizados sobre gestão, financeira, orçamentária e contábil, seguindo assim, a Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação)², especificada no âmbito do Judiciário Brasileiro pela Resolução nº 151 do Conselho Nacional de Justiça.

A DGPCF, disponibiliza na página do PJERJ, informações atinentes a sua área de atuação, quais sejam, planejamento, orçamentário, financeiro e contábil, na transparência institucional. As informações estão alinhadas por tópicos, como por exemplo: Relatórios de Execução orçamentária, fiscal, Gestão Fiscal, Pagamento a fornecedores, bem como o Orçamento Anual, Plano de Ação Governamental- PAG, entre outros, que são acessados no link: <http://www.tjrj.jus.br/web/guest/transparencia/apresentacao>

4. SITUAÇÃO DAS METAS NACIONAIS

METAS	RESULTADOS (% Acumulado até o momento)
<NÃO APLICÁVEL>	

5. PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- a. Monitoramento e gestão contínua da despesa com pessoal ativo do PJERJ, com vistas ao respeito aos limites de gastos impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal;
- b. Estudos de impacto que respaldaram a concessão de reajustes nos valores dos benefícios pagos a magistrados e servidores;
- c. Aprimoramento na análise dos processos de aquisições de materiais e contratações de serviços sob a ótica da economicidade (ver Destaques de Economicidade).
- d. Em 06 de março de 2018 foi publicado o AVISO 15/2018 do Presidente do TJERJ, comunicando a transferência dos Depósitos Judiciais Residuais custodiados no Itaú Unibanco S.A. para o Banco do Brasil S.A. Ao longo do exercício de 2018, foram centralizadas todas as receitas oriundas do depósito judicial para o Banco do Brasil S.A.;

² A Lei Federal que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/112527.htm



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS (RIGER) ANUAL - 2018

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- e. No biênio 2017/2018 o PJERJ empenhou-se em recuperar as disponibilidades de caixa do Poder Judiciário, que foram comprometidas (empréstimo de R\$ 400 milhões de reais, realizado em 2014 ao governo do Estado; com o pagamento do salário de novembro-2016, 13º Salário, com recursos do Fundo Especial do Tribunal de Justiça, com a cessão dos repasses, no ano de 2016, com a remuneração dos depósitos judiciais, levantados por força da Lei Complementar Estadual nº 163/2015 por parte do Estado do Rio de Janeiro, entre outros). Após acordo Judicial (mandado de Segurança nº 34.483-STF), foi entabulado um cronograma de restituição de valores em atraso, com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, em parcelas até dezembro de 2021, corrigidas pela UFIR-RJ;
- f. Implementação de melhorias nos processos de trabalho com a reestruturação promovida por meio da Resolução TJ/OE/RJ nº 01/2017, em continuidade com a Resolução TJ/OE/RJ nº 15/2016, em especial com a otimização das rotinas de trabalho;
- g. A absorção de novas rotinas por esta DGPCF, como por exemplo a prestação de contas de adiantamento (Ato Normativo nº 03/2018)³, convênios e outros ajustes, bem como os que utilizam recursos oriundos da aplicação das penas ou medidas alternativas de prestação pecuniária (Ato executivo nº 246/2017), e do Ato Normativo Nº 06/2018, que disciplinou as parcerias entre o PJERJ e as Organizações da Sociedade Civil (*prestação de contas*);
- h. Elaboração e análise de cálculos do Regime de Pagamento de Precatórios, apresentado pelos municípios, em conformidade com a nova Emenda Constitucional nº 99, de 14 de dezembro de 2017 (alterou os artigos 101 a 103 e 105 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal);
- i. A Resolução TJ/OE/RJ nº 11/2018, de 26 de outubro de 2018, consolidou a estrutura de prestação de contas e de análise e cálculo de precatórios, no âmbito da DGPCF, com a implantação da Assessoria de Análise e Cálculo de Precatórios e Exame das Prestações de Contas- ASCAP (Itens f e g);
- j. No biênio 2017/2018, a DGPCF deu continuidade no resgate de valores devidos pelas contratadas penalizadas com multas pecuniárias (*procedimentos apuratórios -inexecução contratual- Lei de Licitações*). Resultando no ingresso de R\$1.487.639,69, na conta do Fundo Especial do Tribunal de Justiça- FETJ;
- k. No ano de 2018, o Tribunal continuou encaminhando seus débitos a protesto extrajudicial, prática iniciada em 2016, representando um aumento de aproximadamente 200% da arrecadação dos valores recebidos através da realização da cobrança administrativa, comparada à arrecadação de 2015. Não obstante o êxito alcançado na cobrança, no biênio 2017/2018, tivemos vários problemas com o sistema informatizado de cobrança, motivo pelo qual houve uma queda dos valores cobrados em âmbito administrativo para 30% de recuperação;
- l. Visando a efetiva arrecadação dos valores de custas e taxa judiciária em processos de execução fiscal, o Tribunal utiliza atualmente quatro tipos de guias compartilhadas, quais sejam: O DARM compartilhado com o Município do RJ, o DARJ compartilhado com o Estado do RJ, um boleto bancário compartilhado com 45 Municípios e a GRERJ compartilhada com

³ A ASCAP/DGPCF, no ano de 2018 (maio), procedeu a análise de 22 processos de prestação de contas referentes a adiantamentos de numerário, tendo em vista que Ato Normativo TJ nº 16/2010, foi alterado pelo Ato Normativo TJ nº 03/2018, retirando assim, a atribuição do Núcleo de Controle Interno –NAI, para a análise do referido processo de trabalho.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS (RIGER) ANUAL - 2018

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

02 Municípios deste Estado, possibilitando uma significativa recuperação de receitas para o FETJ, de acordo com o demonstrativo abaixo⁴, o acréscimo da receita foi de 29% frente ao ano de 2017.

RECEITAS RECUPERADAS PROVENIENTES DA EXECUÇÃO FISCAL			
ANO	2017	2018	VARIAÇÃO EM %
TOTAL	37.916.528,18	48.808.707,96	29%
Fonte: DEGAR			
Obs.: Nos totais acima, constam somente os Municípios que formalizaram Convênio de Reciprocidade com este TJERJ.			

6. AÇÕES PENDENTES DE REALIZAÇÃO (demandas não concluídas no período de referência, excluídas as dos projetos)

- Implementação do E- Social (DEFIN);
- Implementação do EFD Reinf (DEFIN);
- Adequação da estrutura de recursos humanos, em razão de novo processo de trabalho oriundo da Resolução do CNJ nº 169/2013, que disciplinou a retenção de provisões de encargos trabalhistas, previdenciários e outros a serem pagos às empresas contratadas para prestar serviços, com mão de obra residente nas dependências de unidades jurisdicionadas ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ensejando assim, um aumento significativo da demanda de processos, contas e boletins, entre outras atribuições correlatas (DEFIN/DECON);
- Continuar com as tratativas com os Municípios do Estado do Rio de Janeiro, para divulgação da GRERJ Eletrônica Tributária (DEGAR);
- Aprimoramento do Sistema informatizado de Cobrança (DEGAR);
- Sistema de Custos (RAC), última extração realizada em julho de 2017, a DGTEC, em reunião com a ASTEC/DGPCF, realizada em 05/04/2018, abalizou um cronograma de atualização do Sistema de custos, entretanto, não foi implementado tal solução durante o ano de 2018 (ASTEC);
- Modernização da Gestão Fiscal (DGPCF), por ser projeto estratégico foi abordado no item 2;
- Com a criação da Assessoria de Análise e Cálculo de Precatórios e Exame das Prestações de Contas- ASCAP (26/10/2018), com atribuições afetas as prestações de contas, precatórios (vide letras: g, h e l do item 5), não foi dimensionado o quantitativo de pessoal adequado, salientando-se que as mencionadas tarefas são oriundas em parte do NAI, e DECAN/DGLOG, necessitando assim, em caráter de urgência, a elaboração das Rotinas Administrativas –RADS (ASCAP).

⁴ Dados referentes ao exercício financeiro de 2018, disponibilizados na transparência institucional do TJERJ: <http://www.tjrj.jus.br/web/guest/transparencia/relatorios/execucao-fiscal>



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

7. DESTAQUES DE ECONOMICIDADE

- ✓ No que diz respeito aos processos de aquisição e de contratações de serviços, dando prosseguimento na análise dos processos sob a ótica da economicidade, principalmente no que tange à metodologia empregada nos quantitativos e preços estimados, foi customizada e sugerida ao Setor de Logística a adoção de planilha específica de controle de quantitativo para uma estimativa mais depurada, de acordo com a experiência construída por essa Assessoria na análise de economicidade desde maio/2016, buscando maior aderência à realidade. Tal planilha tem se mostrado efetiva no atendimento às diretrizes da E. Presidência visando ao contingenciamento de despesas e otimização dos recursos orçamentários.
- ✓ Também cabe destacar a atuação colaborativa em reuniões, tratativas para ajuste de metodologia, que refletem no processamento dos órgãos demandantes e que impactam na origem da despesa, resultando em economia e otimização da tramitação processual.

8. SITUAÇÃO DOS RECURSOS

Tópicos				Observações
Pessoal			X	Em dezembro de 2018 a DGPCF apresentava o quantitativo total de 160 membros ⁵ , sendo 72 servidores, 85 colaboradores e 3 estagiários. O quantitativo, conforme explanado no presente relatório, não atende as necessidades atuais da DGPCF, tendo em vista a expansão das atribuições e os novos processos de trabalho (Resolução CNJ nº 169/2013, Resolução TJ/OE/RJ nº 11/2018, em 26/10/2018) ⁶ ; -O DEFIN está recebendo um novo trabalho em função da Resolução CNJ nº 169/2013, e necessita urgente de pessoal, pois é crescente a demanda de novos processos, contas e boletins; -O DECON, em razão da Resolução do CNJ 169/2013, conforme já mencionada acima, também deverá absorver novo processo de trabalho; - A ASCAP, a nova assessoria implantada em outubro de 2018, deverá ser equacionada em prol

⁵ No ano de 2018, na DGPCF, ocorreu a vacância de 8 (oito) cargos de servidores efetivos (aposentadoria/mudança de lotação) e o respectivo preenchimento de 5 (cinco) cargos de serventuários. Restando assim, um déficit de 3 (três) cargos de servidores efetivos.

⁶ Resolução CNJ nº 169/2013 - Dispõe sobre a retenção de provisões de encargos trabalhistas, previdenciários e outros a serem pagos às empresas contratadas para prestar serviços, com mão de obra residente nas dependências de unidades jurisdicionadas ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ): <http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=2512>



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS (RIGER) ANUAL - 2018

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

				do equilíbrio da sua demanda crescente de prestação de contas frente ao quadro atual de servidores.
Tecnologia da Informação		X		-Implementação do Sistema REINF/E-SOCIAL– (DEFIN); -Regularização do processamento do Relatório de Custos-RAC. (Última extração:Mês de julho/2017)- ASTEC; -Sistema Informatizado de Cobrança do DEGAR, inconsistências, o não alinhamento impactou na queda da arrecadação. -O Sistema Modernização da Gestão Fiscal (Projeto Estratégico), em fase de homologação do certame licitatório.
Infraestrutura	X			

LEGENDA:



Atende



Atende em Parte



Não Atende

9. CONCLUSÃO / COMENTÁRIOS GERAIS

- ✓ A Diretoria Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças-DGPCF tem por missão “gerir, de forma eficiente, os recursos orçamentários e financeiros necessários à prestação jurisdicional”.
- ✓ Ocorre que com o agravamento do quadro fiscal no Estado do Rio de Janeiro, que culminou no reconhecimento do estado de calamidade pública (Lei nº 7.483/2016), a Administração Superior deste Poder Judiciário foi instada a adotar medidas necessárias ao equilíbrio financeiro e orçamentário (Ato SN 1/2017, Processo TJ nº 2015-38878).
- ✓ No ano de 2017 foi autorizado o contingenciamento das despesas orçamentárias. A lei estadual nº 7627/2017 estendeu o Estado de Calamidade Pública até 31 de dezembro de 2018. Em 09/06/2017 foi autorizado o Plano de Recuperação Fiscal (Lei nº 7629/2017). Em 30/06/2017 foi constituída as Normas e Diretrizes Fiscais do Regime de Recuperação Fiscal- RRF (Lei Complementar nº 176/2017). Por fim, a Lei Estadual nº 8.272 de 27/12/2018, prorrogou o prazo de validade do estado de calamidade para 31/12/2019⁷.
- ✓ No 1º Quadrimestre de 2018, o PJERJ estabeleceu o índice de 5,35% da RCL, respeitando assim, todos os limites descritos na Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF (Lei Complementar nº 101/2000). Dando continuidade à política de austeridade, no 2º e 3º Quadrimestres de 2018, com base no aumento da Receita Corrente Líquida- RCL do Estado de 16,13% (*incremento anual 2017-2018*) e da contenção dos gastos com a Despesa Total de Pessoal – DTP, o PJERJ encerrou o

⁷No Relatório Biênio 2017/2018, página 135/136, item 11.1 foi delineado pela Assessoria de Planejamento e Orçamento- ASPLO/DGPCF, o quadro de calamidade financeira do Estado do Rio de Janeiro: <https://portaltj.tjrj.jus.br/documents/10136/97622/relatorio2017-2018-final-digitalb.pdf>



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS (RIGER) ANUAL - 2018

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

ano de 2018⁸, com o percentual de 4,84% frente a RCL do estado do Rio de Janeiro, conforme quadro abaixo:

Período (Quadrimestral)	(A) Receita Corrente Líquida Acumulada(RCL) -	(B) Despesa Total de Pessoal (DTP) Acumulada - R\$	% de (B) em relação a (A)
3º/2017	50.194.044.675,00	2.772.097.753,56	5,52%
1º/2018	52.260.092.992,00	2.796.499.495,65	5,35%
2º/2018	55.885.748.527,00	2.817.622.620,98	5,04%
3º/2018	58.290.777.944,00	2.818.901.497,09	4,84%
Variação anual da RCL e da DTP: 16,131%		1,69%	

Fonte: DECON/GBPCF

Por fim, o conjunto de implementações de ações de austeridade e contenção de despesas, ao longo do ano de 2018, possibilitaram a existência de disponibilidade financeira das fontes 230 (TJERJ) e 232 (FETJ), no montante de R\$ 1.176.257.298,68, apresentando um incremento de 26% em relação ao ano de 2017⁹, consoante quadro abaixo:

DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS-PJERJ		
FONTES DE RECURSOS: 232 E 230	DISPONIBILIDADE TOTAL 2017 -R\$	DISPONIBILIDADE TOTAL 2018-R\$
DESCRIÇÃO		
Caixa e Equivalentes de Caixa	181.549,53	2.323.920,87
Aplicações Financeiras	930.923.446,53	1.173.642.299,97
Caixa e Equivalentes de Caixa - Intra	100.382,54	291.077,84
Total	931.205.378,60	1.176.257.298,68
Variação percentual anual 2017-2018:		26%

FONTE: SIAFE-RIO- Dez-2018-Dados extraídos dos relatórios do Departamento Contábil- DGPCF/DECON

Nota: Foram expurgados os montantes referentes às contas de depósitos judiciais, uma vez que se referem a recursos exclusivos de Terceiros, sendo certo, portanto, que não pertencem ao PJERJ

Nota 2: O grupo de contas "Caixa e Equivalentes de Caixa Intra" corresponde a valores do Poder Judiciário alocados na Conta Única do Tesouro Estadual, em razão do Convênio da Dívida Ativa

⁸ Consoante RGF- Relatórios de Gestão Fiscal elaborados pelo DECON/DGPCF e disponibilizados na transparência institucional do TJERJ, dos exercícios financeiros de 2009 até 2018:

<http://www.tjri.jus.br/web/guest/transparencia/relatorios/gestao-fiscal/gestao-fiscal-inicial/2018>

⁹ Conforme extração do Relatório Biênio 2017/2018, Item 11- Orçamento e Finanças, pag. 148, Figura 83, do portal do TJERJ: <https://portaltj.tjri.jus.br/documents/10136/97622/relatorio2017-2018-final-digitalb.pdf>



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL - 2018

10. ANEXO I – PLANILHAS DOS INDICADORES ESTRATÉGICOS

		PLANILHA DE INDICADORES							
IMPORTANTE: Sempre verifique no site do TJRJ se a versão impressa do documento está atualizada.									
UNIDADE ORGANIZACIONAL	DGPCF/ASPLO	INDICADOR DE OBJETIVO ESTRATÉGICO	X	INDICADOR DE PROJETO		INDICADOR DE PROCESSO DE TRABALHO		INDICADOR DE OBJETIVO DA QUALIDADE	
TEMA	ORÇAMENTO E FINANÇAS			OBJETIVO ESTRATÉGICO	APRIMORAMENTO DA GOVERNANÇA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA DO PJRJ				
INDICADOR	ÍNDICE DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO ESTRATÉGICO (IE - 48)			PROJETO, PROCESSO DE TRABALHO OU OBJETIVO DA QUALIDADE	-				
FINALIDADE	ACOMPANHAR A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS DO PJRJ							CRITÉRIO DE ACOMPANHAMENTO	Acumulado
PERIODICIDADE	trimestral	INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO	X	INDICADOR DE DESEMPENHO		INDICADOR DE EFICIÊNCIA		INDICADOR DE EFETIVIDADE	
FÓRMULA	(Valor executado nas iniciativas estratégicas) / (Valor disponibilizado para tal)							SENTIDO DE MELHORIA	MM
META	Executar 100% das iniciativas estratégicas previstas no orçamento de 2018					ORIGEM DOS DADOS	Plano de Ação Governamental - PAG Biênio 2017/2018	UNIDADE DE MEDIDA	Percentual
EVOLUÇÃO DO INDICADOR	2018	1º Trimestre/18		2º Trimestre/18		3º Trimestre/18		4º Trimestre/18	
		12,69%		27,10%		41,91%		51,56%	
RESULTADOS NO PERÍODO									
LINHA DE BASE (2017)	78,13%								
RESULTADO ATUAL	51,56%								
META	100,00%								
ANÁLISE CRÍTICA	<p>Admitindo-se como parâmetro um percentual de execução de 25% para cada trimestre, bem como um desvio de 5 p.p. para mais ou para menos, o nível de execução ao final desse 4º trimestre deveria se situar entre 90% a 100%. Através dos dados consignados até o mês de dezembro de 2018 depreende-se que o valor total liquidado atingiu o percentual de 51,56% do valor total da dotação prevista para os projetos estratégicos não se alcançando, assim, a meta estabelecida de 100%. Ressalta-se que a referida execução é sobremaneira influenciada pela inexecução do Projeto Estratégico Atualização do Parque Tecnológico, o qual representa 34,02% do valor total previsto dos projetos estratégicos e apresentou execução de 32,45% em relação ao valor previsto; bem como pela execução de 64,10% do valor previsto do Projeto Estratégico Plano de Obras, este influenciado sobremaneira pela inexecução do valor total previsto da obra de Readequação do Fórum Central (proc. 2013/230520) e pela inexecução da Obra de Readequação do Prédio da CONAB (proc. 2017/207410). Obs: Valores liquidados extraídos do SIAFE-RJ - posição 31/12/18.</p>								
AÇÕES GERENCIAIS	<p>Os projetos estratégicos que apresentaram percentuais incompatíveis para o período, continuam a ser observados detidamente por parte da DGPCF-ASPLO, com atuações junto as unidades organizacionais responsáveis.</p>								
Responsável pela emissão do relatório:	Leonardo Pacheco Böhme - 10577131			Responsável (aprovação e divulgação):	Maria Cláudia Binato - 01/21888			Data: 08/02/2019	